

Reequilíbrio Financeiro, Caso Imprevisto e *Fait du Prince*: Autonomia entre Distintos Mecanismos de Tutela da Posição dos Co-Contratantes da Administração*

PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ**

1. Introdução e razão de Ordem

1. A ordem jurídica contempla mecanismos distintos – e não confundíveis entre si – de protecção da posição contratual do co-contratante da Adminis-

* O Dr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA marcou as últimas quatro décadas do Direito Administrativo Português com contributos dogmáticos que constituem referências incontornáveis no estudo de qualquer das manifestações da actividade administrativa e do relacionamento entre Administração e administrado. A ênfase que preferiu conceder à sua actividade profissional como advogado e jurisconsulto – onde se mostrou exímio – não o impediu de continuar a oferecer à comunidade jurídica valiosíssimos contributos no plano teórico e científico. O Manual (*"Direito Administrativo"*) que publicou em 1980 ainda hoje constitui um claro marco no estudo de temáticas centrais do Direito Administrativo, incluindo as concernentes à organização administrativa, ao acto administrativo e ao contrato administrativo. Em particular no tocante à matéria dos contratos administrativos e da contratação pública, onde a sua actividade foi riquíssima, os cultores do Direito Administrativo Português manterão sempre uma dívida de gratidão para com o Dr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA. O presente estudo representa uma modesta homenagem por esse facto, escolhendo para tanto uma temática onde esse Ilustre administrativista – como adiante devidamente se enfatiza – precisamente ofereceu um contributo precioso para o desenvolvimento do Direito dos Contratos Administrativos.

** Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Advogado da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados.

Caso Julgado Arbitral e Controlo da Constitucionalidade PAULO OTERO	845
Reflexos da Insolvência na Contratação Pública GONÇALO GUERRA TAVARES e JORGE PAÇÃO	873
A Ideia de um Código de Procedimento Administrativo Europeu PAULO PINHEIRO	893
As Entidades Reguladoras Independentes e o Contencioso Administrativo: Algumas Notas ANDRÉ PROENÇA	923
As Recentes Alterações ao Direito Português da Nacionalidade. Entre a Reparação Histórica, a Ameaça do Terrorismo Islâmico e a Situação dos Netos de Portugueses Nascidos no Estrangeiro RUI MANUEL MOURA RAMOS	941
Algumas Considerações Acerca do Objeto do Direito Policial JOÃO RAPOSO	973
Reequilíbrio Financeiro, Caso Imprevisto e <i>Fait du Prince</i> : Autonomia entre Distintos Mecanismos de Tutela da Posição dos Co-Contratantes da Administração PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ	989
União Bancária Europeia JOÃO CALVÃO DA SILVA	1011
Regulação Profissional dos Administradores Judiciais JOÃO NUNO CALVÃO DA SILVA	1029
Novas Fronteiras do Princípio da Imparcialidade MARIA DE ATHAYDE TAVARES	1047
Sobre a Nova Definição Europeia de Concessão (Diretiva 2014/23/UE) LINO TORRAL	1073